

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.628.808 - PB  
(2019/0355794-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
**ADVOGADOS : FERNANDO DENIS MARTINS - SP182424**  
**WILLIAM CARMONA MAYA - SP257198**  
**WILLIS JOSÉ RODRIGUES FILHO - SP336196**  
**ROMULO PINTO DE LACERDA SANTANA - PB018584**  
**EMBARGADO : VIJAI ELETRICA DO BRASIL LTDA**  
**EMBARGADO : SAMBAMURTHY KALAHASTI**  
**ADVOGADOS : VANESSA CRISTINA DE MORAIS RIBEIRO - PB009534**  
**NAY CORDEIRO EVANGELISTA DE SOUZA - PB014229**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

Data maxima venia, o Embargante pontuou, exaustivamente, suas razões para a reforma dos arestos, impugnando detalhadamente cada trecho dos julgados. Senão, vejamos, a começar pelas MATERIAS DE ORDEM PÚBLICAS, que permanecem sem decisão da Justiça. (fl. 809).

Enfim, tratando-se de MATERIA DE ORDEM PÚBLICA, e na ausência da observação dos critérios supracitados, fica caracterizada a violação aos dispostos no artigo 85 do NCPC/15 (art. 20 do CPC/73), fazendo necessária a intervenção deste E. Superior Tribunal de Justiça para que seja aclarada, a fim de ofício, reconhecer a matéria de ordem pública e extirpar os honorários sucumbenciais sem que tenha ocorrido a extinção, seja total ou parcial, da Execução. (fl. 814).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de

declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

A embargante não aponta qualquer vício no acórdão embargado, limitando-se a transcrever, quase que integralmente, as razões do agravo em recurso especial.

Dessa forma, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente